

Orçamento de 1989 pode ter novos cortes

BRASÍLIA — O governo deverá propor mais cortes nas despesas do Orçamento Geral da União (OGU) de 1989, informou, ontem, o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Barros de Ribas Neto. O governo também estuda a redução e eliminação de incentivos fiscais e a vinculação da arrecadação tributária à OTN. Estas medidas visam, afirmou o secretário, a diminuir o déficit do OGU de 1989, previsto em 2,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

As medidas poderão integrar a mensagem de alteração do projeto de lei do OGU que o governo encaminhará ao Congresso Nacional até meados de novembro. Ela conterà, independentemente das medidas de cortes de despesas e aumento de receita, adaptações do orçamento de 1989 à Constituição.

Na proposta de alteração, a arrecadação das contribuições relativas ao PIS-Pasep passará para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para o Fundo do Seguro-Desemprego, como determina a Constituição. Também serão modificados os percentuais de transferências da arrecadação tributária para Estados e municípios (elevados pela Carta).

O projeto de lei do OGU também será adaptado às alterações administrativas realizadas em alguns órgãos, às vésperas da promulgação da Constituição. Entre estas alterações está a criação do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social e a transformação do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. Ribas disse que as adaptações serão "burocráticas" e não implicarão aumento de despesas.

ESFORÇO

O secretário observou que o déficit da OGU precisará ser reduzido para que o governo possa fechar 1989 com um déficit operacional de 2% do PIB. No conceito operacional são contabilizados os resultados do OGU, orçamento das empresas estatais, contas de Estados e municípios e Previdência Social. Para chegar-se ao resultado de 2% no conjunto das contas, o OGU não poderá apresentar déficit superior a 1% do PIB, segundo Ribas.

A redução do déficit de 2,25% para 1% do PIB exigirá um "esforço muito grande" de cortes, disse o secretário. Ele esclareceu que existe pouco espaço para mais cortes nas verbas de custeio (pagamentos de despesas fixas, como salários) e de investimentos em projetos e obras. Por isso, será necessário um esforço para aumentar a arrecadação.